

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5621

Presidente da Mesa Diretora: Ademar de Barros Bicalho

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Servidores da Câmara Municipal de Montes Claros

Autoria: Executivo Municipal

Data: 18/04/2002

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 24/2002. Dispõe sobre a incorporação de gratificação aos servidores efetivos da Prefeitura de Montes Claros e contém outras providências. (Referente à Lei nº 3.005, de 29/04/2002).

Controle Interno – Caixa: 23.1 Posição: 10 Número de folhas: 04

Espécie: Pl Catégoria: Servidores da projeitura

ordem: 10 nº fls: 02



24/2002

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ___/2.002 AUTOR:

EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO: Dispõe sobre a incorporação de gratificações e contém outras providências.

1	Entrada em 18/	04/2.002			
	Comissão de Le				
3 - 1/	STAS 10	× 3.2	15. TT	TO PM	14%
4-29	04.2	002		6	
5-A1	rova to	En Re	GINGE	DE UR	Oca
6-6-	1. 25.	04. 2	002		
7					
3					
					,
) -					

PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

Montes Claros, 17 de abril de 2002

OFÍCIO Nº:

GP/029/2002

ASSUNTO:

Encaminhando Projeto de Lei

SERVIÇO:

Gabinete do Prefeito

Senhor Presidente,

Com a edição da Lei nº 2.020/92 e, mais recentemente, da Lei Municipal nº 2.891/2001, que dispõe sobre a reforma administrativa da Prefeitura, foram revogadas disposições legais, inclusive a Lei 1.806/89, que previam a incorporação de gratificação de função ou de tempo integral aos vencimentos dos servidores que, no decorrer de dez anos consecutivos ou intercalados, houvessem percebido tais gratificações pelo exercício dos cargos em comissão de Encarregado de Setor, Chefe de Seção, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo ou Chefe de Divisão.

Com isto alguns servidores que se achavam na iminência de completarem o período aquisitivo para fazerem jus a tal incorporação, ficaram a descoberto de amparo legal para usufruirem desse benefício, razão pela qual estamos encaminhando à apreciação dessa Casa o Projeto de Lei incluso que objetiva fazer justiça a esses servidores.

Valendo-nos desta oportunidade apresentamos a V. Exa. e aos seus nobres Pares nossos renovados protestos de apreço e estima.

Atenciosamente.

Jairo Ataíde Vieira

refeito de Montes Claros

Exmo. Sr.

Vereador Ademar de Barros Bicalho
DD. Presidente da Câmara Municipal
MONTES CLAROS-MG



PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº

DISPÕE SOBRE A INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Aos servidores do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Montes Claros que, no decorrer de 10 (dez) anos consecutivos ou intercalados, contados até a data da publicação desta Lei, houverem percebido gratificação de função ou de tempo integral pelo exercício de cargo em comissão de Encarregado de Setor, Chefe de Seção, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo ou Chefe de Divisão, fica assegurado o direito de ter referida gratificação incorporada aos seus vencimentos.

Art. 2º - A condição referida no artigo anterior para que o servidor possa usufruir do beneficio dele constante, será comprovada através de levantamento a ser feito pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotação própria consignada no orçamento em vigor.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros(MG), 17 de abril de 2002.

Jairo Ataíde Vieira

Prefeito de Montes Claros

CÂMARA MUNICIPAL EZ MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE 2E GIS CACAD

E FOSTIGA

EM 19DE A BANGO DE 2002

PRISIDENTE

É UGAN GULLAND

SILL MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE 2002

PRISIDENTE

É UGAN GULLAND

SILL MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE 26 GIS CACAD

DE 2002

PRISIDENTE

O June

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM DISCUSSÃO POR

REGIME DE UR GENCIA

EM 25DE A BAI L DE 2002